

Fiscalidade domina debate sobre apoios à restauração

O setor da restauração aguarda medidas com impacto fiscal, destacando a descida do IVA para 6% e um modelo forfetário que simplifique o imposto. A redução anterior do IVA implicou perdas significativas de receita e é criticada por beneficiar rendimentos mais elevados. Paralelamente, discutem-se ajustamentos na TSU e reestruturações fiscais associadas a dívidas contraídas na pandemia.

Alojamento estudantil conta no IRS

Os pais podem deduzir no IRS despesas com alojamento de filhos estudantes, mesmo sem contrato de arrendamento. A Autoridade Tributária esclarece que estes encargos podem ser considerados despesas de educação, desde que cumpram os requisitos legais. A medida abrange residências estudantis e serviços de alojamento temporário, evitando desigualdades fiscais entre situações semelhantes e alargando o acesso às deduções.

ISABEL SANTOS FIDALGO, SÓCIA DA ANTAS DA CUNHA ECIJA, CONSIDERA

Nova fiscalidade exige construção e não reação

“A fiscalidade deixou de ser um domínio de resposta para se tornar um domínio de construção.” É assim que Isabel Santos Fidalgo, sócia do escritório do Porto da Antas da Cunha Ecija, sintetiza a transformação do setor, em entrevista à Vida Económica, defendendo uma abordagem mais estratégica, integrada e antecipatória face aos novos desafios fiscais.

JOÃO LUÍS DE SOUSA
joaoluisedesousa@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica - Como a inteligência artificial está a transformar a relação entre as empresas e a administração tributária, nomeadamente ao nível do controlo e do compliance?

Isabel Santos Fidalgo - A inteligência artificial está a provocar uma mudança estrutural na relação entre empresas e administração tributária. Mais do que aumentar a eficiência, está a substituir um modelo reativo — baseado em declarações periódicas e inspeções posteriores — por um sistema de supervisão contínua, assente em análise de dados e inteligência preditiva.

Hoje, a administração cruza múltiplas fontes de informação e constrói o seu próprio perfil de risco das empresas, antecipando comportamentos potencialmente irregulares. O controlo deixa de ser pontual e passa a permanente.

Isto obriga a repensar o próprio conceito de compliance. Já não basta cumprir e reportar; é necessário garantir consistência, rastreabilidade e capacidade de explicação. As empresas precisam de estruturar informação e antecipar riscos.

Em paralelo, colocam-se desafios ao nível das garantias dos contribuintes, exigindo maior transparência nos modelos utilizados.

No essencial, a IA reforça o poder da administração e exige das empresas uma abordagem mais estratégica, preventiva e integrada ao compliance fiscal.

Pilar II aumenta exigência e complexidade

VE - Que impacto concreto está a ter o imposto mínimo global (Pilar II) nas multinacionais portuguesas e que desafios adicionais coloca em termos de planeamento fiscal?

ISF - O Pilar II representa uma mudança



Isabel Santos Fidalgo defende uma fiscalidade mais estratégica, onde antecipação, consistência e controlo substituem a lógica reativa do passado.

estrutural na fiscalidade internacional, ao introduzir uma taxa efetiva mínima global e reforçar a coordenação entre jurisdições. Para as multinacionais portuguesas, o impacto já é significativo: mesmo sem estruturas agressivas, passam a enfrentar maior escrutínio sobre a sua tributação efetiva.

Um dos principais desafios é a complexidade técnica. O cálculo da taxa efetiva não coincide com métricas tradicionais, exigindo novos ajustamentos e maior integração entre dados contabilísticos e fiscais.

Acresce a incerteza na interação com regimes de incentivos, que podem perder eficácia ao gerar tributação adicional noutras jurisdições.

Por outro lado, o Pilar II obriga a reforçar a governação fiscal interna, com maior capacidade de análise, planeamento e alinhamento organizacional. O planeamento fiscal deixa de assentar na arbitragem de taxas e passa a centrar-se na gestão global da taxa efetiva, na substância económica e na coerência das estruturas.

VE - Tem-se assistido a uma maior complexidade no contencioso tributário. Quais são hoje os principais fatores que explicam essa evolução?

ISF - A maior complexidade do contencioso tributário resulta de uma transformação estrutural do sistema fiscal. As normas tornaram-se mais densas e sofisticadas,

com conceitos abertos e regras antiabuso que exigem interpretações mais exigentes.

Ao mesmo tempo, o contencioso passou a integrar direito interno, europeu e constitucional, tornando-se multinível. Acresce a crescente ligação à contabilidade, que obriga a análises técnicas mais complexas.

Também a administração tributária evoluiu, produzindo decisões mais fundamentadas e baseadas em análises económicas detalhadas, o que eleva o grau de exigência do contraditório.

Por outro lado, muitos litígios têm impacto em vários exercícios, tornando a litigância mais estratégica.

Por fim, as empresas estão hoje mais preparadas e dispostas a contestar. Neste contexto, o contencioso deixou de ser reativo e passou a exigir planeamento, consistência e visão integrada.

VE - Após mais de duas décadas na Morais Leitão, o que a motivou a integrar a Antas da Cunha Ecija e quais são as prioridades para esta nova fase profissional?

ISF - A mudança resulta de um percurso consolidado e de uma convicção clara: a fiscalidade entrou numa nova fase, mais complexa, tecnológica e estratégica, que exige respostas diferentes. Após mais de duas décadas de prática ao mais alto nível, senti que a excelência técnica, sendo essen-

“O compliance fiscal já não é reativo, é contínuo e estratégico”

cial, já não é suficiente.

A integração na Antas da Cunha Ecija reflete o alinhamento com um projeto inovador, que incorpora tecnologia e inteligência artificial na forma de prestar assessoria jurídica. O que me motivou foi a possibilidade de trabalhar num ambiente onde a inovação se traduz em soluções concretas e na transformação do modelo tradicional.

As minhas prioridades passam por ajudar as empresas a evoluir de uma lógica reativa para uma abordagem estruturada, baseada em tax intelligence, reforçando a capacidade de antecipação, controlo e gestão estratégica da função fiscal.

Fiscalidade exige mudança estrutural

VE - Se tivesse de identificar a principal falha estrutural da forma como a fiscalidade ainda é pensada e gerida — tanto pelas empresas como pelos próprios assessores — qual seria e que mudança concreta considera inevitável nos próximos anos?

ISF - A principal falha é que a fiscalidade continua a ser tratada como uma função de resposta, quando já exige uma lógica de construção. Durante anos, bastava decidir caso a caso; hoje, num contexto de transparência, troca de informação e controlo contínuo, essas decisões são avaliadas como um todo.

Muitas empresas ainda operam com abordagens fragmentadas, sem memória nem integração. O sistema exige o contrário: coerência, rastreabilidade e capacidade de explicação ao longo do tempo.

A mudança inevitável é a passagem para uma fiscalidade baseada em arquitetura — de decisão, informação e governação. Já não basta cumprir; é preciso antecipar, estruturar e controlar. O valor estará em quem conseguir integrar conhecimento, alinhar processos e transformar a fiscalidade numa função estratégica e contínua.

Leia a versão integral desta entrevista aqui

